

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA**

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento
Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700
Site: www.faculdedefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

DISCIPLINA: DIREITO CIVIL VIII - DIREITO DAS SUCESSÕES		CURSO: Direito
PLANO DE CURSO: 2016-2	CARGA HORÁRIA: 60h/72 h/a	PERÍODO: 9º

1. EMENTA

Direito das Sucessões: conceito, fundamentos e evolução histórica. Sucessão em geral: abertura da sucessão legítima e testamentária; transmissão da herança; aceitação e renúncia da herança. Posse dos herdeiros e posse do inventariante. Indivisibilidade da herança. Capacidade para suceder. Pactos sucessórios. Herança jacente e herança vacante. Sucessão do Estado. Exclusão de herdeiro. Aparência e herdeiro aparente. Vocação hereditária. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Direito de representação. Sucessão decorrente da união estável. Sucessão testamentária. Formas ordinárias de testamento. Codicilo. Formas especiais de testamento. Disposições testamentárias. Capacidade de testar e capacidade de adquirir por testamento. Deserdação. Invalidez do testamento: revogação, rompimento, caducidade e nulidade. Legados. Direito de acrescer entre os herdeiros e legatários. Substituição e fideicomisso. Testamentário. Liquidação da herança: inventário e arrolamento. Petição de herança. Colação. Sonogados. Encargos da herança. Pagamento das dívidas. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Invalidez da partilha. Sobrepartilha. Inventário e partilha extrajudiciais: Lei nº 11.441/2007.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Oportunizar aos acadêmicos de Direito o conhecimento, debate e reflexão sobre o Direito Sucessório Brasileiro, tanto no que tange à dogmática jurídica, quanto em seu aspecto prático e crítico, tendo presente o desenvolvimento legislativo e jurisprudencial

2.2 Objetivos específicos

- Conceituar a sucessão, no sentido da transmissão do patrimônio, por efeito “causa mortis”;
- Identificar a sucessão legítima e a sucessão testamentária;
- Estudar as formas de testamento, o inventário e a partilha de bens;

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao Direito das sucessões: conceitos fundamentais, abertura da sucessão e transmissão da herança.
2. Da herança e sua administração;
3. Da herança jacente e vacante;
4. Da vocação hereditária e os legitimados a suceder;
5. Da aceitação e renúncia da herança;
6. Dos excluídos da sucessão, indignidade sucessória e deserdação;
7. Da ação de petição de herança;
8. Da sucessão legítima;
9. Da sucessão testamentária; e
10. Do inventário e partilha de bens

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;

4.2 Recursos

- quadro negro;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

- **Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.
- **Valor das Avaliações:** total de 8,0 (oito) pontos, sendo:

a) 1ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

b) 2ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

c) Exame Final – Escrita e sem consulta – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas acerca da toda a matéria do semestre.

Está sujeito à terceira avaliação (exame final) o aluno que não obtiver média 6,0 (seis) nas duas primeiras avaliações 1º e 2º bimestres, terá que obter nota 5,0 considerando cálculo $1^\circ \text{ nota} + 2^\circ \text{ nota} = \text{média} + 3^\circ \text{ avaliação} / 2$ tendo obrigatoriamente de ter nota 5,0 no exame final.

Caso o aluno não obtenha média 5,0 (cinco) será considerado reprovado.

É considerado aprovado o aluno com frequência acima de 75% (setenta e cinco por cento) e média mínima de 6,0 (seis) considerando 1º e 2º nota das duas primeiras avaliações do desempenho escolar.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos frequencial (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento
Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700
Site: www.faculdadefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das sucessões**: São Paulo : Editora RT, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: Direito das Sucessões. v. 7. São Paulo: Saraiva, 2016.

TARTUCE, Flavio ; SIMÃO, José Fernando. **Direito das Sucessões**. 9. Ed. rev., ampl. e atual. v.6, São Paulo: Método, 2016.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Código Civil. **Vade Mecum Saraiva**. 9ª Ed . saraiva, 2016

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: direito das sucessões. 19. ed. v. 6. São Paulo: Saraiva, 2005.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil**: direito das sucessões. 26. ed. v. 7. São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 5ª Ed., V. 7. São Paulo: Atlas, 2005.



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculdedefar.edu.br

Curso: Direito

Reconhecimento: Curso reconhecido pela Portaria SERES nº 735 de 27/12/2013 - DOU 30/12/2013.

DISCIPLINA: Direito Processual do Trabalho		CURSO: <i>Direito</i>
PLANO DE CURSO:	CARGA HORÁRIA: 60h	PERÍODO: 9º

1. EMENTA

Direito Processual do Trabalho: conceito, histórico, características, fundamentos, princípios e fontes. Interpretação e aplicação das normas trabalhistas. Justiça do Trabalho: organização e competências. Ministério Público do Trabalho. Ações trabalhistas. Processos trabalhistas. Procedimentos trabalhistas. O dissídio individual. O dissídio coletivo. Recursos. Execução. Processos em espécie. Procedimentos especiais. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Propiciar uma visão panorâmica da sistemática processual trabalhista, através da análise histórica, dos princípios, da organização da Justiça trabalhista, bem como do processo trabalhista individual e coletivo.

2.2 Objetivos específicos

- Estimular o desenvolvimento da capacidade de pesquisa e análise da legislação, doutrina, jurisprudência de outras fontes do direito, a fim de que possa compreender o direito processual do trabalho;
- Buscar o conceito da Justiça do Trabalho;
- Possibilitar o entendimento teórico e prática dos princípios norteadores do processo do trabalho;
- Compreender a extensão da competência da Justiça do Trabalho após da EC n.º 45 de 2004;
- Analisar as condições das ações trabalhistas e seu procedimento;
- Propiciar o conhecimento dos ritos processuais trabalhista;
- Demonstrar o procedimento de liquidação trabalhista;
- Fazer estudo do processo de execuções trabalhista;
- Incitar a pesquisa sobre as modalidades de recursos trabalhistas;
- Auxiliar o aluno no aprimoramento do uso da linguagem, do raciocínio lógico, da argumentação e da reflexão crítica, habilitando-o à prática do processo do trabalho.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1.1 Aspectos Históricos do direito processual do trabalho: mundo e Brasil

1.2 Direito Processual do trabalho no direito comparado

1.3 Conceito

1.4 Princípios do Direito do Trabalho

2 ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

2.1 Característica dos Órgãos da Justiça do Trabalho

2.2 Tribunal Superior do Trabalho

2.3 Tribunais Regionais do Trabalho

2.4 Vara do Trabalho: origem e estrutura

2.5 Funcionamento das Varas do Trabalho

2.6 Órgãos auxiliares: secretaria, oficiais de justiça, distribuidor e contadoria

3 PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

3.1 Origem no mundo e no Brasil

3.2 Organização do MPT

3.3 Órgãos do MPT

3.4 Formas de atuação do MPT: judicial (parte e fiscal da lei) e extra-judicial

4 COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

4.1 Aspectos gerais

4.2 Competência Pessoas

4.3 Competência Material

4.4 Competência Territorial

4.5 Prorrogação da Competência

4.6 Questões previstas na CF 1988, antes e após a EC nº. 45 de 2004

5 AÇÕES TRABALHISTAS

5.1 Conceito e Elementos

5.2 Classificação

5.3 Identificação das Ações

5.4 Condições da Ação

6 PROCEDIMENTOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

6.1 Petição Inicial

6.2 Rito ordinário e sumaríssimo

6.3 Procedimento de alçada

6.3 Respostas do Reclamado: exceções, contestação e reconvenção

6.4 Audiências

6.5 Provas

6.6 Alegações Finais

6.7 Sentença

7 LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

7.1 Particularidade

7.2 Forma: arbitramento, artigos, cálculos e sentença de liquidação

8 EXECUÇÃO

8.1 Generalidades

8.2 Mecanismos para dar efetividade às execuções trabalhista: penhora “online” e outros

8.3 Forma de Execução

8.4 Embargos do Executado

8.5 Impugnação aos cálculos

8.6 Inovações do processo civil aplicáveis ao processo do trabalho

9 RECURSOS

9.1 Princípio

9.2 Peculiaridades

9.3 Juízo de admissibilidade

9.4 Efeitos dos recursos

9.5 Pressupostos

9.6 Ordinário

9.7 Revista

9.8 Embargos no TST

8.9 Agravo de Petição

9.10 Instrumento e Regimental

9.11 Recurso extraordinário

9.12 Adesivo

9.13 Correição parcial

9.14 Embargos de declaração

10 PROCEDIMENTO DO DISSÍDIO COLETIVO

11 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

11.1 Inquérito para apuração de falta grave

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;

4.2 Recursos

- quadro negro;

- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 03

➤ **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.
O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

- **Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.
- **Valor das Avaliações:** total de 8,0 (oito) pontos, sendo:
 - 1ª avaliação - Escrita e sem consulta** – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).
 - 2ª avaliação - Escrita e sem consulta** – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) + 2,0 (quatro) pontos de seminário/teste, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).
 - Exame Final – Escrita e com consulta** – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas acerca da toda a matéria do semestre.

Está sujeito à terceira avaliação (exame final) o aluno que não obtiver média 6,0 (seis) nas duas primeiras avaliações 1º e 2º bimestres, terá que obter nota 5,0 considerando cálculo $1^\circ \text{ nota} + 2^\circ \text{ nota} = \text{média} + 3^\circ \text{ avaliação} / 2$ tendo obrigatoriamente de ter nota 5,0 no exame final.

Caso o aluno não obtenha média 5,0 (cinco) será considerado reprovado.

É considerado aprovado o aluno com frequência acima de 75% (setenta e cinco por cento) e média mínima de 6,0 (seis) considerando 1º e 2º nota das duas primeiras avaliações do desempenho escolar.

a) **1ª avaliação – Escrita, individual e sem consulta** – atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) pontos, com 5 (cinco) questões objetivas, e 5 (cinco) questões subjetivas (dissertativa).

O restante dos pontos, ou seja, 2,0 (dois) pontos serão divididos da seguinte forma:

- 1,0 ponto de exercícios em grupo.
- 1,0 ponto de teste **individual e sem consulta** (com questões subjetivas).

b) **2ª avaliação – Escrita individual e sem consulta** – atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito) com 5 (cinco) questões objetivas, e 5 (cinco) questões subjetivas (dissertativa).

O restante dos pontos, ou seja, 2,0 (dois) pontos serão divididos da seguinte forma:

- 1,0 ponto de teste **individual e sem consulta** (com questões subjetivas e/ou objetivas).
- 1,0 (um) ponto referente ao seminário, sendo 0,5 ponto de trabalho escrito (elaborado de acordo com o manual de normas técnicas da FAR e ABNT) e 0,5 ponto da apresentação (avaliação individual).

c) **Exame Final** – Atividade regimental, obrigatória escrita, individual e sem consulta equivalente a 10,0 (dez) pontos, com 6 questões objetivas e 4 questões subjetivas (dissertativas) acerca da toda a matéria do semestre.

Obs.: podemos ter outras avaliações, inclusive nas vésperas de feriados ou após os mesmos com atribuição de nota.

Data das avaliações:

1º Testeserá realizado no dia 15 de setembro 2016.

1ª avaliação será realizada no dia 11 de abril de 2016.

2º Testeserá realizado no dia 10 de novembro 2016.

2ª avaliação será realizada no dia 05 de dezembro 2016.

3ª avaliação - Exame final – será no dia 15 de dezembro de 2016

Conteúdo das avaliações: o conteúdo das avaliações será cumulativo até a data da realização da referida prova.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos frequenciais (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988.



_____. Consolidação das Leis Trabalhistas. Seca.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 5.ed. São Paulo: Ltr, 2009. 1216p.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 741p.

SARAIVA, Renato. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Método, 2005, 1039p.

8 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 26. ed. São Paulo: LTr, 2000, 654p.

OLIVEIRA, Francisco Antônio. Manual de Processo do Trabalho. 3.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004, 732p.

SAAD, Gabriel Eduardo; Duarte, José Eduardo; Branco, Ana Maria Castello. **Consolidação das leis do trabalho comentada**. 39 ed. São Paulo: Ltr, 2006, 1184p.

SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANA, Segadas; LIMA, Teixeira. **Instituições de direito do trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTr, 1999. v.2. 1573p.

TEXEIRA FILHO, Antônio Manoel. **Execução no processo do trabalho**. 9.ed. São Paulo: LTr, 2005, 703p.

ZANGRANDO, Carlos Henrique da Silva. **Direito Processual do Trabalho**. 4. Ed. São Paulo: Edições Trabalhistas, 2002. 656p.



PLANO DE CURSO

Disciplina: Direito Internacional Publico
Professora:

Rio Verde/GO
2016



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculadefar.com.br – E-mail: direito@faculadefar.com.br

Curso: Direito

Autorização: Port. SESu Nº 584 de 26/06/2007 – Pub. no DOU Nº 122 em 27/06/2007

ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: Direito Internacional Público		CURSO: Direito
PLANO DE CURSO: 2º semestre de 2016	CARGA HORÁRIA: 30 horas	PROFESSORA:
CRÉDITOS: 02	PERÍODO: 9º TURMA: “A”	TURNOS: Noturno

1. EMENTA

Direito Internacional: Noções Gerais. Relações com o Direito Interno. Fontes. Pessoas Internacionais. Estado. Dimensão Territorial. Direito Diplomático. Organizações Internacionais. Homem. Outras Pessoas Internacionais. Contencioso Internacional. Litígios Internacionais. Guerra e Neutralidade.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Ministrar conhecimentos básicos sobre os princípios e normas jurídicas que regem a sociedade internacional, capacitando o aluno a utilizar as fontes de direito internacional público e de direito público interno para a solução de problemas que transcendem ao interesse exclusivo de uma única ordem estatal.

2.2 Objetivos específicos

- Demonstrar aos acadêmicos a eficácia do direito internacional publico;
- Discutir temas relevantes na atualidade, tais como: tratados internacionais, personalidade internacional, representação diplomática.
- Analisar as entidades internacionais como a ONU, Cruz Vermelha, Santa Sé, etc.
- Refletir acerca dos conflitos internacionais na orbita do direito internacional publico.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Parte A. Direito Internacional Geral (Introdução e Fontes)

1. Direito Internacional Público - Conceito. Denominação. Negadores. Fundamentos. Evolução. Divisão. Importância. Bibliografia.

2. Direito Internacional Público - Relação com o Direito Interno.

3. Fontes - Conceito. Classificação. Espécies: A) Costumes, B) Tratados, C) Princípios Gerais de Direito, D) Decisões Judiciárias, E) Doutrina, F) Equidade, G) Atos Unilaterais. Hierarquia. Codificação.

4. Tratados Internacionais - Classificação. Terminologia. Estrutura. Condições de Validade. Celebração.

5. Tratados Internacionais - Efeitos Perante Terceiros. Interpretação. Revisão. Validade.

Parte B. A Sociedade Internacional

6. Pessoas Internacionais - Conceito. Classificação. Enumeração.

7. Estado - Conceito. Elementos. Classificação. Nascimento. Reconhecimento de Estado. Reconhecimento de Governo. Extinção. Sucessão.

8. Estado - Direitos. Deveres. Não-Intervenção. Responsabilidade: A) Fundamentos, B) Requisitos, C) Espécies, D) Excludentes.

9. Dimensão Territorial Do Estado - Espaço Terrestre. Espaço Lacustre. Espaço Marítimo: A) Mar Interior, B) Mar Territorial, C) Zona Contígua, D) Zona Econômica Exclusiva, E) Plataforma Continental, F) Alto Mar.

10. Dimensão Territorial Do Estado - Espaço Aéreo. Espaço Extra-Atmosférico. Espaço Polar.

11. Órgãos Das Relações Internacionais Do Estado - Chefes de Estado. Ministros das Relações Exteriores. Agentes Diplomáticos e Consulares: A) Conceito, B) Evolução, C) Fundamentos da Atuação, D) Divisão, E) Seleção e Carreira, F) Funções, G) Deveres, H) Privilégios e Imunidades.

12. Dimensão Pessoal Do Estado - Nacionalidade: A) Conceito, B) Princípios, C) Aquisição Originária, D) Aquisição Derivada, E) Perda.

13. Dimensão Pessoal do Estado - Relação do Estado com seus Nacionais no Exterior. Relação do Estado com Estrangeiros em seu Território.

14. Organizações Internacionais - Conceito. Classificação. Entes Análogos. Características.

15. Organização das Nações Unidas - Origem. Composição. Objetivos. Princípios. Órgãos: A) Assembléia Geral, B) Conselho de Segurança, C) Conselho Econômico e Social, D) Conselho de Tutela, E) Corte Internacional de Justiça, F) Secretariado, G) Organismos Especializados. Perspectivas. Relações com Organizações Regionais. Oea.

16. Mercado Comum do Sul (Mercosul) - Antecedentes. Composição. Objetivos. Princípios. Instrumentos. Órgãos. Relações com Outras Organizações. Perspectivas.

17. Homem - Personalidade Internacional. Instituições Internacionais de Proteção Aos Direitos Humanos: A) No Âmbito da Onu, B) No Âmbito Europeu, C) No Âmbito Americano. Tratamento Especial aos Direitos Humanos. Direito de Asilo.

18. Demais Pessoas Internacionais - Santa Sé. Beligerantes. Insurgentes. Soberana Ordem de Malta. Cruz Vermelha Internacional. Territórios Internacionalizados. Sociedades Comerciais. Povos e Nações. Organizações Não Governamentais. Outras.

Parte C. O Contencioso Internacional

19. Litígios Internacionais - Conceito. Espécies. Modos de Solução Pacífica: A) Meios Diplomáticos, B) Meios Políticos, C) Meios Jurídicos, D) Meios Coercitivos.

20. Guerra - Conceito. Finalidade. Fundamentos. Partes. Espécies. Efeitos. Início. Desenvolvimento. Término.

21. Neutralidade - Conceito. Histórico. Espécies. Deveres. Direitos. Restrições aos Direitos.

4. ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- projeção de filmes, documentários e slides;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica.

4.2 Recursos

- quadro negro, retroprojektor e data show;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5. AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, trabalhos individuais e em grupos.

5.2 Número de avaliações no semestre: 02

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita ou oral.
O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

- **Regimentais** (1ª e 2ª avaliações), sendo estas obrigatórias, devendo o acadêmico alcançar média igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o acadêmico não obtiver a média igual ou superior a 6,0 (seis) nas avaliações, obrigatoriamente, deverá realizar o exame final.

➤ **Valor das Avaliações:** total de 10,0 (dez) pontos, sendo:

a) 1ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito pontos) + 2,0 (dois) pontos de seminário/teste/atividades intra e extra classe e frequência como critério qualitativo proporcional, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

b) 2ª avaliação - Escrita e sem consulta – Atividade regimental, obrigatória, equivalente a 8,0 (oito pontos) + 2,0 (dois) pontos de seminário/teste/atividades intra e extra classe e frequência como critério qualitativo proporcional, sendo o valor total correspondente a 100% (cem por cento).

c) Exame Final – Escrita e sem consulta – o exame final tem obrigatoriamente o valor de 10,0 (dez) pontos, com questões objetivas e discursivas.

➤ **Data das avaliações:**

- 1ª avaliação será realizada no dia 06 de abril de 2015. (2ª Chamada 15/04/2015)
- 2ª avaliação será realizada no dia 15 de junho de 2015. (2ª Chamada 24/06/2015)
- Exame Final será realizado no dia 26 de junho de 2015.

➤ **Conteúdo das avaliações:** o conteúdo das avaliações será cumulativo até a data da realização da referida prova.

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até a data determinada em classe.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão considerados como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- participação nas avaliações escritas e orais;
- interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- conceitos frequenciais (assiduidade), comportamental ou participativo;
- observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extra-classe;

6. OBSERVAÇÕES



CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA

CNPJ: 04.284.276/0001-04 – Insc. Est.: Isento

Rua Quinca Honório Leão, 1030 – Morada do Sol – Rio Verde – GO – Fone/Fax: (64) 3620-4700

Site: www.faculadefar.com.br – E-mail: direito@faculadefar.com.br

Curso: Direito

Autorização: Port. SESu Nº 584 de 26/06/2007 – Pub. no DOU Nº 122 em 27/06/2007

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACCIOLLY, Hildebrando, CASELLA, Paulo Borba e SILVA, G. E. do Nascimento e. **Manual de Direito Internacional Público**. 20ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito internacional público: parte geral**. Volume 2. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Organização. **Coletânea de Direito Internacional e Constituição Federal**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

Referências Complementares:

DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GOUVEIA, Jorge Bacelar. **Manual de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2005.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. v. I e v. II. 15ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

9. ASSINATURAS

PROGRAMA DE CURSO APROVADO EM ____/____/____.

DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: _____



PLANO DE CURSO

Disciplina: Direito Tributário II

Professor: Douglas Ferreira Magalhães

Rio Verde-Go

2016/2

ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: <i>Direito Tributário II</i>		CURSO: Direito
PLANO DE CURSO: Direito	CARGA HORÁRIA: 60 horas	PROFESSOR: Douglas Ferreira Magalhães
CRÉDITOS: 04	PERÍODO: 8º TURMA: UNICA	TURNO: Noturno

1- EMENTA

Estudo do Direito Tributário na Constituição Federal e introdução ao estudo do Direito Tributário no Código Tributário Nacional. Direito Tributário: breve histórico, conceito, natureza, limites ao poder de tributar e receitas públicas. Princípios constitucionais tributários. Imunidades. Sistema tributário nacional: definição de tributo e competência tributária. Classificação dos tributos. Estudo das espécies de tributos: imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições. Fontes do Direito Tributário. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.

2 OBJETIVOS

Fornecer as noções fundamentais a respeito do Direito Tributário, bem como demonstrar a importância da disciplina na organização social e no contexto do Estado contemporâneo.

2.2 Objetivos específicos

Transmitir mais do que o conteúdo do texto da lei, pretende-se repassar o espírito da disciplina, atentando-se sempre para os valores axiológicos que guiam as normas tributárias;

Estimular o desenvolvimento da capacidade de pesquisa e análise da legislação, da doutrina, da jurisprudência e de outras fontes do direito;

Auxiliar o aluno no aprimoramento do uso da linguagem, do raciocínio lógico, da argumentação e da reflexão crítica, habilitando-o a solucionar os problemas que se apresentam na aplicação concreta da lei tributária.

3 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sujeito ativo da obrigação tributária. Sujeição ativa, competência tributária e capacidade tributária ativa

2. Sujeito passivo da obrigação tributária. Contribuinte. Responsável. Capacidade tributária. Domicílio tributário

3. Lançamento tributário e o crédito tributário. Conceito, natureza e generalidades

3.1. Modalidades **3.2.** Funções e efeitos do lançamento. Revisão do lançamento

4. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário

4.1 Extinção do crédito tributário

4.2. Pagamento indevido. Exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário . Administração Fiscal

5. Espécies de Tributos.

Impostos.

5.1.1. Impostos diretos e indiretos.

5.1.2. Impostos pessoais e reais.

5.1.3. Impostos fiscais e extrafiscais.

5.1.4. A classificação do CTN

5.1.5. Impostos progressivos, proporcionais e seletivos.

5.2. Taxa.

5.2.1. O fato gerador.

5.2.1.1. Taxa de polícia.

5.2.1.2. Taxa de serviço.

5.2.2. A base de cálculo nas taxas.

5.2.3. O confronto entre taxa e tarifa.

5.3. Contribuições de Melhoria.

5.3.1. O fato gerador.

5.3.2. O sujeito passivo.

5.3.3. A base de cálculo.

5.3.4. Requisitos mínimos para a instituição.

5.4. Empréstimo compulsório.

5.4.1. As teorias explicativas da natureza jurídica do empréstimo compulsório: contrato ou tributo.

5.4.2. O tributo e a lei complementar.

5.4.3. Competência.

5.4.4. Pressupostos fáticos.

5.4.5. Empréstimo compulsório e o princípio da anterioridade tributária.

5.4.6. Fato gerador.

5.4.7. A devolução do valor compulsoriamente mutuado.

5.5. Contribuições.

5.1. A feição tributária.

5.2. As contribuições e os princípios tributários.

5.3. As contribuições parafiscais ou especiais.

5.4. Estudo das Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas.

5.5. Estudo das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico.

5.6. Estudo das Contribuições Sociais.

5.7. As “outras” contribuições sociais.

6. O Simples Federal e o Simples Nacional.

7. Repartição tributária das receitas.

8. Fontes do Direito Tributário.

8.1. Fontes formais principais.

8.1.1. Constituição Federal.

8.1.2. Emenda à Constituição Federal.

8.1.3. Lei Ordinária.

8.1.4. Decreto.

8.1.5. Lei Delegada.

8.1.6. Medida Provisória.

8.1.7. Decreto Legislativo.

8.1.8. Resolução.

8.1.9. Tratados e Convenções Internacionais.

8.1.10. Lei Complementar.

8.2. Fontes formais secundárias ou normas complementares.

8.2.1. Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.

8.2.2. Decisões com eficácia normativa.

8.2.3. Práticas reiteradas das autoridades administrativas.

8.2.4. Convênios celebrados pelas entidades impositoras.

8.2.5. Parágrafo único do art. 100 do CTN.

9. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária.

9.1. Vigência da legislação tributária

9.2. Aplicação da legislação tributária.

9.3. Interpretação da legislação tributária.

9.4. Integração da legislação tributária.

4 ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

4.1 Procedimentos:

- aulas expositivas e dialogadas;
- realização de estudos dirigidos, com incentivo à participação do aluno no questionamento e discussão;
- estudo de textos e leitura adicional, como forma de estimular/orientar o desenvolvimento pessoal dos alunos;
- projeção de filmes, documentários e slides;
- palestras, seminários, debates, mesas redondas, cursos ou atividades correlatas;
- discussões de temas sociais sob a perspectiva jurídica;
- elaboração de projetos de pesquisas, como forma de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica;
- realização de pesquisas bibliográficas e de campo;
- apresentação oral de atividades realizadas (micro-aula e mini-cursos);

4.2 Recursos:

- quadro negro;
- projetor de multimídia;
- retroprojetor;
- TV, DVD;
- textos previamente selecionados;
- livros e artigos.

5 AVALIAÇÕES

5.1 Formas da avaliação: Provas, debates, seminários, trabalhos individuais e em grupos, exposição de painéis, relatórios e pareceres pessoais.

5.2 Números de avaliações no semestre: 03

- **Obs.:** Além das aulas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais e debates, o aluno será avaliado através da prova que será escrita, oral ou através de seminários.

O resultado de cada avaliação será determinado através da somatória das atividades desenvolvidas em sala de aula, na pesquisa, na montagem dos trabalhos e sua apresentação e provas escritas e formais.

5.3 Avaliação quantitativa

5.3.1 Provas

1ª avaliação: 8,0 pontos da avaliação escrita com questões objetivas e discursivas. Os outros 2,0 pontos serão divididos em teste e de seminário (2,0 pts).

2ª avaliação: 8,0 pontos da avaliação escrita com questões objetivas e discursivas. Os outros 2,0 pontos serão divididos em teste e de seminário (2,0 pts).

Avaliação Final - 10,0 (DEZ)

5.3.2 Atividades intra e extraclasse

Todas as atividades intra e extraclasse desenvolvidas pelos acadêmicos serão avaliadas, respeitando as seguintes formas de avaliação:

- Avaliações teóricas e práticas sobre exercícios e simulações realizados em aula.
- Trabalhos realizados em grupo e individual.
- Resenha e resumo de artigos ou textos relacionados à disciplina, os quais deverão ser entregues até as respectivas datas das avaliações.
- Relatórios de atividades intra ou extraclasse.
- Apresentação de seminários e debates dirigidos que serão realizados nas aulas.
- Apresentação oral de atividades realizadas.
- Análise de textos (oral e escrita), referente aos textos estudados.

5.4 Avaliação qualitativa

Serão consideradas como critérios para a avaliação qualitativa as seguintes recomendações:

- Observação individual do desempenho em atividades e exercícios orais e escritos;
- Observação direta e indireta da participação dos alunos nas aulas por meio de discussões e debates;
- Avaliação das atitudes e atenção durante as explicações;
- Comprometimento com as atividades intra e extraclasse;
- Pontualidade (início e término das aulas, bem como data de entrega e/ou realização de atividades);
- Participação nas avaliações escritas e orais;
- Interação positiva com o professor, acadêmicos e funcionários;
- Conceitos frequências (assiduidade), comportamental ou participativo;
- Observação da participação no desenvolvimento de leituras afins extraclasse;

6 OBSERVAÇÕES

Fica a critério do professor e da coordenação do curso a exigência de outras avaliações.

7 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015
ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. 9ª ed. São Paulo: Métodos, 2015

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Código Tributário Nacional.

8 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 33ª Ed., São Paulo: Malheiros, 2012.
HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 22ªed. São Paulo: Editora Atlas. 2013.

9 ASSINATURAS

Professor responsável

Rio Verde/GO, ____/____/____.

PROGRAMA DE CURSO APROVADO EM ____/____/____.

Coordenador (a) do Curso